

POLÍTICAS CURRICULARES E EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL¹

Letícia Silva Fiuza²; Cléia Demétrio Pereira³; Silmara Aparecida Gesser Holschuh⁴:

¹Vinculado ao projeto de pesquisa “Diversidade, inclusão e justiça curricular: uma análise das políticas curriculares no campo da educação especial em territórios locais da educação básica”

² Acadêmica do curso de Pedagogia a Distância - Bolsista PROBIC/UDESC

³ Orientadora, Departamento de Pedagogia a Distância - CEAD – e-mail: cleia.pereira@udesc.br

⁴ Acadêmica do Curso de Ciências Biológicas – CEAD – Bolsista PIVIC

Resumo

Os estudos do projeto de pesquisa em andamento Diversidade, inclusão e justiça curricular: uma análise das políticas curriculares no campo da educação especial em territórios locais da educação básica tem como objetivo analisar as políticas curriculares existentes no Brasil, no sentido de extrair alternativas significativas no desenvolvimento curricular que contribuam para os percursos de escolarização de estudantes considerados público da educação especial, na perspectiva da educação inclusiva e seus reflexos nos territórios locais da educação básica.

Nesse contexto nos questionamos: Será que é possível assegurar justiça curricular para todos os estudantes a partir de um currículo comum na escola regular? Esse currículo é capaz de atender as demandas no âmbito de educação inclusiva de forma coerente, considerando as especificidades do estado brasileiro e o processo de lutas para a garantia do direito à educação das crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação?

O levantamento dessas questões são consequências dos estudos realizados no doutorado, resultante do convênio entre a Universidade do Estado de Santa Catarina/UDESC e a Universidade do Minho/UMinho em Portugal, a partir da pesquisa realizada nos contextos educacionais brasileiro e português, sobre as políticas de educação inclusiva e a diferenciação curricular no processo de escolarização de estudantes da educação especial e que tem sido tomado como campo empírico, o contexto da escola da educação básica.

A opção metodológica é de caráter qualitativo, por meio da pesquisa exploratória, a fim de proporcionar ampla familiaridade com as questões levantadas para a presente pesquisa (GIL, 2002). Buscamos nessa abordagem qualitativa respostas que não podem ser quantificáveis quanto ao seu universo de significados (MINAYO, 2000, p. 21) mas, nos permite visibilidade ao objeto, revelando situações de onde partimos e para onde queremos chegar (MARTINELLI, 1999, p. 115). Os dados coletados para elaboração da pesquisa foram desenvolvidos por um material validado, o que representa uma vantagem ao pesquisador, uma vez que permite a obtenção de uma gama de fenômenos de maior relevância ao que se poderia investigar, diretamente (GIL, 2002, p. 44-45). Os dados coletados e apresentados servem de apoio à pesquisa documental, que por sua vez, objetiva realizar um mapeamento das políticas curriculares no Brasil prescritas para a escolarização de estudantes com necessidades educacionais específicas, delimitado entre os anos de 2008 e 2020.

Para esta pesquisa foram selecionados oito trabalhos, três teses e cinco dissertações, com conteúdos relacionados ao projeto em questão, bem específicos na nossa busca. O primeiro

descriptor está intitulado: Planos Nacionais de educação and Educação Especial and Brasil, e o segundo Diversidade and inclusão escolar and educação básica and Brasil, encontrados através de uma pesquisa bibliográfica na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

O projeto iniciou-se com análises de referenciais teóricos e metodológicos como forma de explicar toda temática envolvida que levaram, conseqüentemente, a necessidade de levantamentos de dados, aos quais foram divididos em duas etapas. O primeiro levantamento foi de produções acadêmicas na BDTD, a partir de documentos curriculares entre 2008 e 2020, que podem fundamentar a pesquisa. Contudo, com toda revisão executada e os dados adquiridos, entrará em período de análise e interpretação dos dados, que já é considerada a fase adentrando do relatório final (conclusão).

Portanto, a seqüência da pesquisa ainda se encontra na segunda fase, referente ao levantamento das políticas oficiais que regulamentam a educação inclusiva, como um processo de equidade no acesso curricular para todos os estudantes, na escola regular. Destaca-se a BNCC (2018) e o Currículo Base da Educação Infantil e Ensino Fundamental do Território Catarinense (SANTA CATARINA, 2019), além de outros que possam contribuir para nossas análises futuras.

Palavras-chave: Políticas curriculares. Educação especial. Plano Nacional de Educação.